

**ATA N.º 5/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2015.** -----

Aos nove dias do mês de março de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV), onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Administrativa, que se retirou da sala decorridos vinte e sete minutos do início da reunião e após suspensão da mesma pelo sr. Presidente, sendo substituída a partir daí, por Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior. -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram dez horas e quinze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 06 de março de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de € 109.290,42. -----

Os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião são os seguintes: -----

Ponto 1 - Concurso Público n.º 3/2014/CCE, para a Aquisição de Apólices de Seguros. Retificação de Peças de Procedimento (2) – Concurso Público n.º 03/2014/CCE, para a Aquisição de Apólices de Seguros - CCE – CIMLT. Para Ratificação. -----

Ponto 2 - Autorização da Cedência do Lote 110 da Zona Industrial de Alpiarça - Sérgio Fragoso Marques. Para Deliberação. -----

Ponto 3 - Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas Áreas Sociais - Município do Montijo. Para conhecimento. -----

Ponto 4 - Moção – Orçamento de Estado para 2015 - Grupo Parlamentar “Os Verdes”. Para conhecimento. -----

Ponto 5 - Decreto – Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro que “aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração” - Grupo Parlamentar PCP. Para conhecimento. -----

Ponto 6 - Carta aberta do STAL aos eleitos Autárquicos em defesa da gestão pública dos resíduos. Para conhecimento. -----

ATAS -----

----- O sr. Presidente informou que vinham para aprovação as atas n.º 15 de 2014, de 22/08/2014; n.º 16 de 2014, de 10/09/2014; n.º 3 de 2015, de 06/02/2015 e n.º 4 de 2015, de 20/02/2015, pondo as atas à discussão. -----

----- Durante a discussão das actas n.ºs 15 e 16 e decorridos vinte e sete minutos da reunião, por impedimento da funcionária Ana Cristina Ferreira, o sr Presidente mandou suspender a reunião, que foi retomada cerca de dez minutos depois. -----

----- Retomada a reunião os senhores Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha, afirmaram que as atas n.ºs 15 e 16, têm uma grande "distância temporal" pelo que se torna difícil de analisar tudo que foi discutido nessas reuniões. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha, sugeriu que sejam recuperadas todas as atas atrasadas, enviadas para os Vereadores, para análise cuidada. Assim, cada um dos Vereadores terá tempo para pesquisar e fazer as sugestões de correção. Esta ação culminaria numa reunião extraordinária, única e exclusivamente com o objetivo de analisar e aprovar as atas em atraso. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar concordou com a proposta, mas solicitou que lhe seja dado mais tempo para além das 48 horas legais, pois são muitas atas para rever. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha sugeriu que as atas n.ºs 3 e 4 de 2015 deverão ser discutidas e aprovadas nessa reunião ao que o Presidente Mário Pereira contrapôs, dizendo que não faz sentido incluir as mesmas no “rol” das atrasadas. Sugeriu que se faça a discussão e votação na presente reunião. -----

----- O sr. Presidente pôs então a ata n.º 3 de 2015, referente à reunião de 06/02/2015, tendo o sr. Vereador Pedro Gaspar feito pequenas sugestões de correção, que foram anotadas. O sr. Vereador Francisco Cunha não sugeriu alterações. -----

----- O sr. Presidente pôs então esta ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto referiu que se absteve porque a ata está demasiado reduzida. -----

----- O sr. Presidente pôs de seguida a ata n.º 4 de 2015, referente à reunião de 20/02/2015, à discussão. Após sugestões de correção do sr. Vereador Pedro Gaspar, que foram anotadas, foi colocada à votação e foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores Vereadores Carlos Pereira e Francisco Cunha, tendo este feito declaração de voto, solicitando a transcrição da declaração da ata anterior por ser “exatamente igual”. Em declaração de voto o sr. Vereador Carlos Pereira, disse que a sua abstenção tinha a ver com o facto de não ter estado presente na reunião. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Presidente deu início a este período. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar interveio referindo que tem sido abordado por vários munícipes referente à temática do horário da Biblioteca Municipal, que não serve a maioria das pessoas, nomeadamente os alunos das escolas e das pessoas que estão a trabalhar. Questionou a alteração do mesmo. O sr. Vereador Carlos Pereira informou que a alteração ficou a dever-se, após reunião com os funcionários da Biblioteca, tendo-se concluído que existiam alguns períodos mortos. Fez-se consultas a outras bibliotecas e, juntamente com a falta de pessoal, decidiu-se a alteração. No final de março irá efetuar-se nova reunião para analisar o caso. Relativamente ao assunto da dívida “deixada” pelo anterior executivo e que foi debatida na última reunião da Assembleia Municipal, disse que gostaria de saber em que ponto de situação estão as promessas da campanha feitas pela CDU. Questionou a promessa de um parque de aventura e diversão nos Patudos. Sobre o “Campo da Bola no Casalinho”, opinou que o mesmo não faz falta e que vai aumentar a dívida da Câmara. Sobre a Barragem, questionou porque é que o resultado das análises aos peixes foi “ocultada do conhecimento público” durante 6 meses e qual a causa do documento não conter registo de entrada nos serviços. Questionou ainda que medidas foram tomadas pelo Executivo após conhecimento do relatório. Acusou o Executivo de ter permitido e

autorizado atividades de canoagem, inclusivamente emprestando as canoas, depois de obter conhecimento do relatório e permitiu que fossem efetuadas atividades, nomeadamente dos alunos da escola EB 2,3. Disse que em tempos o sr. Presidente pensava em suspender as licenças de pesca, e perguntou se mantinha essa ideia. Perguntou se notificou os utentes ou se avisou as autoridades sobre o conteúdo do relatório. Finalizou questionando se o Executivo está preparado para arcar com as responsabilidades. -----

-----O sr. Vereador Francisco Cunha apresentou um requerimento para agendamento para a próxima reunião de Câmara sobre criação em Alpiarça de um “Festival de Iguarias de Alpiarça” onde se apresentaria a cozinha regional, para promoção da terra e da gastronomia. Leu um requerimento que entregou ao sr. Presidente na última reunião de câmara, em que se refere a requerimento entregues anteriormente e cuja documentação referente à Agro-Alpiarça, aguarda: listagem de contratos de arrendamento dos últimos 15 anos; listagem de credores e devedores com saldos superiores a mil euros; listagem das ações judiciais em curso; relação de todas as terras que explora, próprias ou arrendadas e discriminação das culturas efetuadas; balanço e balancete, atualizado. O sr. Vereador Francisco Cunha deu ainda os parabéns ao Sargento Sérgio Malacão e a todos os militares do Posta da Guarda Nacional Republicana, colocados em Alpiarça e desejou as melhoras para o guarda que perseguia um meliante. Referiu-se à insegurança e aos roubos que têm havido nos campos; referiu-se aos imigrantes legais e ilegais e na influência de indivíduos mais velhos nas escolas com turmas mistas, sobre as crianças de Alpiarça, voltando a frisar que as pessoas não se sentem seguras; falou nos cortes constantes de luz em Alpiarça. Também salientou a falta de iluminação pública, durante a noite em alguns pontos da Vila, que fomenta a insegurança. Refere-se a um almoço que houve com uma empresa francesa e os produtores de melão, deseja se esclarecido se há protocolo com os produtores, câmara e importadores. Questionou se o Triatlo, enquanto modalidade desportiva em Alpiarça, era para continuar ou não. Perguntou porque é que um trator New Holland da Agroalpiarça está há quatro anos numa oficina para ser arranjado e o

que pensam fazer ao mesmo. Relativamente ao Parque de campismo, foi dito aqui na última assembleia Municipal que a rendeira devia 12000 euros, pediu esclarecimentos sobre a dívida e qual a perspetiva sobre o espaço. Mostrou indignação sobre o ter-se falado ou dado a entender na Assembleia Municipal, que se iria processar o deputado Paulo Sardinheiro, relativamente à intervenção que fez sobre a Barragem. Sugeriu a colocação de placas por forma a impedir a utilização da barragem e sobre o perigo de usar o peixe ali pescado na alimentação. Perguntou onde estão os membros de “Os Verdes” que são coligação na Câmara, o que sabem sobre a barragem e qual a opinião que têm sobre a mesma. Perguntou para quando a limpeza da lixeira a céu aberto na zona industrial, num espaço entre a Renoldy e a Monliz. Finalizou, criticando a posição que a bancada da CDU tomou na Assembleia Municipal em que rejeitou uma proposta apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça, para que fosse feita uma auditoria independente sobre os Legados, para esclarecimento definitivo do ponto de situação, posição diferente teve o PS em que não teve medo de aprovar a auditoria. Finalizou criticando também o facto de já no primeiro mandato da CDU, o PS ter proposto uma auditoria para verificar se tinha ou não havido gestão danosa por parte dos eleitos nos três mandatos do PS anteriores e a CDU ter votado contra e de ser muito importante saber o que se passa com os legados e com a Agroalpiarça. -----

----- Em resposta a estas questões pelo sr. Vereador Pedro Gaspar, o sr. Presidente afirmou que nunca pôs em causa a utilização das verbas, mas discorda de algumas opções. Sobre o parque de diversão e Aventura situava-se na lógica do estudo para o desenvolvimento turístico. Contudo a conjuntura financeira não é a apropriada, daí ainda não ter sido desenvolvido o projeto. Sobre o Campo do Casalinho, aproveita-se verbas sobrantes do QREN, está em andamento o projeto e não há aumento de dívida. Quanto à questão da barragem, referiu que já respondeu à maioria das questões e afirma que o relatório não foi ocultado. E assim que foi pedido, foi automaticamente disponibilizado. Tanto o SEPNA como a APA estão informadas do que se passa na Barragem. Quanto às licenças de pesca é uma questão que tem a ver com a entidade que tem a responsabilidade na concessão das licenças de pesca, mas mais tarde dará

uma resposta mais bem preparada, até por escrito. -----
----- Em resposta às questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, o sr. Presidente mostrou-se favorável à sugestão de se criar uma mostra gastronómica de Alpiarça, porque é um evento viável e está em sintonia com o programa eleitoral deste executivo. Relativamente às questões de segurança, disse que não desvalorizou mas que também não se devem sobrevalorizar e que muitas das ações policiais não são relacionados com crimes praticados por pessoas de Alpiarça. Sobre os cortes de energia constantes, responde que é pertinente, mas esse assunto tem sido tratado com a EDP, que pretende reforçar a rede de distribuição. Quanto ao almoço com a empresa francesa de importação de melão, respondeu que a câmara de Alpiarça foi a entidade convidada e não pagadora do almoço, concordando que de facto o projeto não resultou. Quanto à manutenção da modalidade de Triatlo e da continuação do Triatlo Miguel Jourdan, respondeu que é para continuar, por ser uma modalidade que colhe muita aceitação e até porque o C. D. «Os Águias» tem títulos de campeões nacionais na modalidade. Quanto à concessionária do Parque de Campismo informou que a mesma tem pago à Câmara, que efetivamente haverá importâncias em dívida, mas que há uma caução e se um dia tiverem que se tomar outras posições, o Executivo está cá para isso. Quanto ao processar-se o deputado Paulo Sardinheiro pela sua intervenção na Assembleia Municipal, referiu que o deputado foi indelicado na reunião, não haverá qualquer processo, mas pediu contenção na linguagem e isso mesmo foi referido pelo sr. Vereador João Arraiolos logo durante a sessão da Assembleia Municipal. Quanto à posição de “Os Verdes”, disse que os mesmos já tomaram muitas vezes posições e sugeriram soluções e estão a acompanhar a situação. Sobre a lixeira a céu aberto na zona industrial, num espaço entre a Renoldy e a Monliz, o sr. Presidente disse desconhecer a situação, tendo o sr. Vereador Carlos Pereira dito que era mais uma brincadeira do sr. Vereador Francisco Cunha e que se está a referir aos estaleiros da câmara. Ao qual este vereador ripostou de imediato que, não é nenhuma brincadeira, que o estaleiro merece alguma arrumação e que há materiais percíveis que estão ao sol e que deveria ao menos ser postos debaixo de telha. Quanto à proposta de criação

de uma comissão independente para acompanhar a auditoria à situação dos legados, considerou que ainda bem que a bancada da CDU votou contra, porque acredita numa democracia representativa e não numa comissão independente e sabe bem os perigos que têm resultado para a Democracia vindas dessas tais comissões independentes. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos sobre a questão do trator que está para arranjar numa oficina de Santarém, informou que foi solicitada uma proposta ao dono da oficina e terá de se estabelecer um acordo para a solução do problema, porque reparar o trator não é solução. Quanto ao Parque de campismo, o mesmo vereador esclareceu que na última assembleia municipal informou o ponto de situação, tendo até ao momento sido faturados cerca de 25.000 euros à concessionária, entre rendas e despesas de água e de luz, a concessionária já pagou 13.000 euros e que a dívida é de 11.800 euros e que há uma caução de 6.000 euros. Quanto ao resto disse não se lembra de ter feito afirmações sobre queixas a ministérios públicos ou de abertura de processos contra qualquer deputado municipal. -----

----- O sr. vereador Carlos Pereira, sobre a carta dos alunos da escola secundária referente a verbas do Carnaval, informou que o dinheiro foi pago aos alunos e o impasse deve-se ao facto de não haver forma como passar o recibo. -----

----- O sr. vereador Pedro Gaspar afirmou que concordava com o sr. Presidente sobre o que disse das comissões independentes. Insistiu que certas respostas não lhe foram dadas, sobre algumas perguntas que fez sobre a Barragem, talvez porque algumas o sr. Presidente já tivesse respondido noutras ocasiões, mas que continua a ter muitas dúvidas sobre as posições tomadas sobre a realização do Triatlo Jovem, e porque só agora passados seis meses é que teve conhecimento das análises que foram feitas às águas da barragem nessa altura. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha, sobre a segurança, disse que é importante analisarmos algumas questões e sugeriu que sejam cortadas certas ruas nos campos a partir de uma certa hora, e que essas medidas noutros concelhos têm surtido efeito, ao que o sr. Presidente respondeu que era sensível a essa proposta e sugeriu uma reunião para discutir o assunto e tentar solucionar o problema. Este vereador finalizou

voltando a solicitar a conta corrente do Parque de Campismo. -----

----- O sr. Presidente finalizou, aproveitando apenas para retocar algumas respostas que já havia dado e deu por terminado o período **Antes da Ordem do Dia**. -----

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Concurso Público n.º 3/2014/CCE, para a Aquisição de Apólices de Seguros. Retificação de Peças de Procedimento (2) – Concurso Público n.º 03/2014/CCE, para a Aquisição de Apólices de Seguros - CCE – CIMLT. Para Ratificação. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão, informando que como este é um procedimento que envolve todos os municípios, mereceu um despacho favorável por parte do sr. Vereador João Arraiolos, despacho esse que vem hoje à reunião para ratificar, dando a palavra a este vereador para fazer a apresentação do ponto. -----

----- No uso da palavra o sr. Vereador João Arraiolos, disse que esta é a segunda vez que este assunto vem à reunião de câmara, porque desta vez houve necessidade de proceder a alguns esclarecimentos a pedido de um dos concorrentes. Acrescentou que a documentação distribuída é elucidativa e mereceu o seu despacho favorável, que tal como disse o sr. Presidente vem a esta reunião para ratificação. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar questionou se estes concursos são anuais ou plurianuais, tendo sido respondido pelo sr. Vereador João Arraiolos que o concurso é por três anos e é um concurso internacional. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se todos os elementos do Executivo tinham seguro, tendo o sr. Presidente informado que de acordo com a Lei, não só os elementos do Executivo, como todos os eleitos estão protegidos por seguro. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 2 - Autorização da Cedência do Lote 110 da Zona Industrial de Alpiarça - Sérgio Fragoso Marques. Para Deliberação.-----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão, informando que o município Sérgio Fragoso Marques, comprou no mandato passado um lote na zona industrial, em nome próprio e em propriedade plena e que de acordo com o que é permitido pelo

Regulamento da Zona Industrial, pretende arrendar o lote a uma firma do próprio e da esposa, havendo um parecer jurídico que suporta o pedido. Depois de algumas trocas de impressões sobre o assunto, entre os elementos do Executivo, os vereadores mostraram-se favoráveis à pretensão, embora o sr. Vereador Pedro Gaspar se mostrasse um pouco cético relativamente à renda que é proposta, que considerou demasiado baixa relativamente aos valores de mercado, e tendo também em conta que há uma clausula que estipula que vinte por cento da renda reverterá para receita da câmara. Quanto ao sr. Vereador Francisco Cunha opinou que sendo o terreno do proprietário e a empresa também pertencente ao mesmo proprietário, não vê inconveniente nenhum em aprovar a pretensão, apenas com a ressalva de que “qualquer alteração à composição da empresa deverá depender de prévia aceitação por parte da câmara municipal de Alpiarça”. O sr. Presidente disse concordar com esta sugestão do sr. Vereador Francisco Cunha e propôs que a mesma constasse da deliberação a tomar e pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com a clausula de salvaguarda de “qualquer alteração à composição da empresa deverá depender de prévia aceitação por parte da câmara municipal de Alpiarça”. -----

Ponto 3 - Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas Áreas Sociais - Município do Montijo. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente informou que se trata de uma Moção aprovada na Câmara Municipal do Montijo e que nos foi remetida com a solicitação de ser dado conhecimento da mesma a todos os membros do Executivo e pôs o ponto à discussão.

----- O sr. Vereador Francisco Cunha no uso da palavra disse que desde a primeira hora se interroga da necessidade deste tipo de documentação fazer parte das ordens de trabalho das reuniões de câmara, quando há tanta coisa importante sobre Alpiarça para discutir, incluindo propostas que o Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) tem vindo sucessivamente a apresentar e que nem sequer vêm para discussão, mesmo que fossem chumbadas. Considerou que a ordem de trabalhos da reunião de hoje, é uma tristeza porque apenas dois pontos da mesma têm alguma importância. -----

----- Considerou-se que foi tomado conhecimento por todo o Executivo. -----

Ponto 4 - Moção – Orçamento de Estado para 2015 - Grupo Parlamentar “Os Verdes”.

Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente informou que se trata de uma Moção sobre Orçamento de Estado para 2015, apresentada pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes”, e que nos foi remetida com a solicitação de ser dado conhecimento da mesma a todos os membros do Executivo. Considerou-se que foi tomado conhecimento por todo o Executivo. -----

Ponto 5 - Decreto – Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro que “aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração” - Grupo Parlamentar PCP. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente disse tratar-se de uma posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre o Decreto – Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro que “aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração”. Considerou-se que foi tomado conhecimento por todo o Executivo. -----

Ponto 6 - Carta aberta do STAL aos eleitos Autárquicos em defesa da gestão pública dos resíduos. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente informou que se trata de um carta aberta do STAL aos eleitos Autárquicos em defesa da gestão pública dos resíduos. Considerou-se que foi tomado conhecimento por todo o Executivo. -----

----- Terminada a ordem do dia o sr. Presidente da Câmara passou para o **Período do Público.** -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Usou da palavra o munícipe Eduardo Costa, afirmando que tendo o sr. Presidente dito na reunião de câmara de 28-07-2014, e sobre um parecer emitido pela CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que não dava a documentação sobre as AEC's ao sr. Vereador Francisco Cunha, mas dá-la-ia ao munícipe Eduardo Costa ou qualquer outro cidadão, o munícipe, na reunião de 10 de Setembro, dizendo aproveitar o convite do sr. Presidente, dirigiu-se à mesa e entregou pessoalmente um requerimento solicitando a documentação atrás referida. O

munícipe acrescentou que posteriormente e quando o sr. Presidente da Câmara lhe estava a responder, houve um dos vereadores da oposição que o interpelou, exortando-o a falar verdade e nessa altura o sr. Presidente sentindo-se incomodado teve uma expressão inadequada, tendo o munícipe afirmado que tem a certeza absoluta que a sessão não foi formalmente interrompida e reiniciada nos moldes habituais, houve sim um corte na gravação vídeo, compreensível, segundo o munícipe, dado o teor da expressão utilizada pelo sr. Presidente. De seguida o munícipe Eduardo Costa e relativamente aos problemas com as águas da Barragem dos Patudos, sugeriu que se fizesse o que já se fez no passado que é colocar placas avisadoras para que as pessoas tenham cuidado com as águas da mesma, porque continua a haver canoagem, continuam a verificar-se concursos de pesca desportiva, e as análises revelam teores de certas bactérias, presentes nos peixes que apareceram mortos nesta barragem, muito acima dos limites aconselhados por organizações de saúde. -----

----- O sr. Presidente disse que não sabia muito bem o que havia de responder, porque depois o sr. Eduardo Costa coloca nos blogues e nas redes sociais aquilo que bem entende e não acha justo este tipo de relação e já verificou que por diversas, seja aquilo que for que responda acaba sempre por vir a ser utilizado contra si, havendo aqui uma relação desigual. De qualquer modo o sr. Presidente respondeu que tem a certeza absoluta que a reunião de câmara de 10 de setembro de 2014 foi interrompida no período do público, como o tem feito noutras ocasiões. Quanto à colocação das placas junto da Barragem dos Patudos, disse ter registado a sugestão e que se iriam debruçar sobre a situação, mas sem o dramatismo que o munícipe aqui está a colocar. -

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Câmara, eram treze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

E eu, José Manuel Vaz Portugal de Sousa, servindo de Secretário, a redigi e assino. -----